



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

para os devidos fins.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

*Conceição de Maria Lages Rodrigues*  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

*Francisco Bruno*

para relatar.

Em 13/03/93

*[Assinatura]*  
Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15 DE MARÇO DE 2023.**  
**PROCESSO AL Nº 30243/23**

RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

**I – RELATÓRIO E VOTO.**

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de Decreto Legislativo nº 15 de março de 2023, de autoria da Senhora Deputada Bárbara do Firmino, que tem a seguinte ementa: “**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO PIAUIENSE AO SR. VALDEMIR FERREIRA SANTOS.**”.

Nascido na cidade de Aracaju - SE, atualmente é Magistrado no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, atuando como Coordenador da Central de Inquéritos e do Núcleo de Audiências de Custódia da Comarca de Teresina e Juiz auxiliar da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Outrossim, é Juiz Titular da Vara Agrária do Piauí; membro do Conselho Estadual de Segurança Pública do Piauí; Mestre em Ciências Criminais pela PURS; Especialista em Ciências Criminais la UNAMA; Professor universitário ocupando as cadeiras de Direito Penal e Processo Penal na Faculdade Pio Décimo; professor visitante em cursos de pós-graduação lato sensu; Formador pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrado e diretamente envolvido com o Direito Penal, Processo Penal, Política Criminal e Filosofia DO Direito.

Analisando os aspectos constitucionais e legais, observo que a proposição atende aos requisitos do artigo 75 da Constituição do Estado quanto à sua iniciativa, bem como aos requisitos estabelecidos nos artigos 27, V, “g”96, I, 97, 105 e 106 do Regimento Interno desta Casa quanto à legalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Por todo o exposto e reconhecendo a boa intenção do projeto, **minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.**

**II – DO PARECER DA COMISSÃO.**

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

( ) Pelo **acatamento do voto do relator** ( ) Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 17 de maio de 2022.

Dep. Francisco Limma/PT  
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15 DE MARÇO DE 2023.**  
**PROCESSO AL Nº 30243/23**

RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

**I - RELATÓRIO E VOTO.**

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de Decreto Legislativo nº 15 de março de 2023, de autoria da Senhora Deputada Bárbara do Firmino, que tem a seguinte ementa: **"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO PIAUIENSE AO SR. VALDEMIR FERREIRA SANTOS."**

Nascido na cidade de Aracaju - SE, atualmente é Magistrado no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, atuando como Coordenador da Central de Inquéritos e do Núcleo de Audiências de Custódia da Comarca de Teresina e Juiz auxiliar da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Outrossim, é Juiz Titular da Vara Agrária do Piauí; membro do Conselho Estadual de Segurança Pública do Piauí; Mestre em Ciências Criminais pela PURS; Especialista em Ciências Criminais la UNAMA; Professor universitário ocupando as cadeiras de Direito Penal e Processo Penal na Faculdade Pio Décimo; professor visitante em cursos de pós-graduação lato sensu; Formador pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrado e diretamente envolvido com o Direito Penal, Processo Penal, Política Criminal e Filosofia DO Direito.

Analisando os aspectos constitucionais e legais, observo que a proposição atende aos requisitos do artigo 75 da Constituição do Estado quanto à sua iniciativa, bem como aos requisitos estabelecidos nos artigos 27, V, "g" 96, I, 97, 105 e 106 do Regimento Interno desta Casa quanto à legalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Por todo o exposto e reconhecendo a boa intenção do projeto, **minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.**

**II - DO PARECER DA COMISSÃO.**

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

( ) Pelo **acatamento do voto do relator** ( ) Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 17 de maio de 2022.

Dep. Francisco Limma/PT  
Relator

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 21/03/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Justiça